c. 1825

Traducção

Carta Regia, e Consulta do Conselho Ultramarino sobre a Sentença proferida em hum Conselho de Guerra a que mandou assistir o Governador, e Capitão General de Angola, Luiz Jozé de Carvalho e Mello, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, para ser presente a Sua Magestade a Rainha, em cujo nome se expedio em 19 de Janeiro de 1816 a Provisão, que baixa com esta, para o Ouvidor da Comarca de Benguella, Antonio Pinto de Miranda Montenegro, ser Juiz Executor da mesma Sentença, e nella ser nomeado Assessor o Capitão Mor Regente, Manoel Antonio de Carvalho, e Escrivão o Escrivão da Ouvidoria, Antonio Joaquim Ferreira de Moura, em razão de se achar o Escrivão proprietario, Antonio Jozé Ferreira Pinto, ausente em Lisboa, e ser o Ouvidor, o Juiz, que declarou a nova Commissão, e ser o Assessor, e Escrivão, que serviram na causa, e finalmente a Sentença, que os Juizes proferiram, e deram por escrito, e assignada, e publicada, sendo presentes os Reos, e mais partes interessadas, e seus Procuradores, e Advogados, e a Consulta, que sobre tudo fez o Conselho Ultramarino, a que Sua Magestade Houve por bem Resolver, como se ve da Sua Real Resolução, que vai lançada em seguida da mesma Consulta.

Para Sua Magestade ver.

Senhor. Por Carta Regia de 19 de Janeiro de 1816 foi V. Magestade Servido Ordenar, que o Governador, e Capitão General de Angola, Luiz Jozé de Carvalho e Mello, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, nomeasse hum Ouvidor, que fosse a Comarca de Benguella, e nella fizesse Conselho de Guerra aos Reos, que se achavão presos na Cadeia desta Cidade, e que depois de concluida a Devassa, e Sentenciados os Culpados, lhe remettesse os Autos, para Vossa Magestade Mandar o que fosse Servido. Em observancia desta Ordem, nomeou o dito Governador, e Capitão General, Antonio Pinto de Miranda Montenegro, Ouvidor da Comarca de Benguella, para ir fazer o referido Conselho de Guerra, e Juiz Executor da Sentença, que nelle se proferisse, e ao Capitão Mor Regente, Manoel Antonio de Carvalho, para Assessor, e ao Escrivão da Ouvidoria, Antonio Joaquim Ferreira de Moura, para Escrivão

Rio de Janeiro, [illegible] de [illegible]

[illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] [illegible]